

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Sem faturamento, Itaipu aguarda por novo acordo	2
Título: Paraguai aguarda redução de custo para atrair empresas	4
Título: Petrobras dá passo para fim de diferença de preço no gás.....	6
Título: Cesp avança no processo de mudanças na gestão	8
Título: Serveng busca ressarcimento da Chesf por perdas no RN	10
Título: Lucro da Engie Brasil Energia recua 35% no 2º Tri, após assumir a TAG.....	12
Título: Itaú prepara leilão para compra de energia renovável	14
Título: Taesa está preparada para novas aquisições, afirma presidente.....	15
Título: Raízen se une à Femsa e traz marca Oxxo	16
Título: Petrobras recebe hoje propostas vinculantes pela Liquigás	18
Título: Ações da Light sobem 10,13% diante de expectativa de vitória na Justiça	19
Título: Siemens mira em energia e transportes	20
Título: Glencore vai parar maior mina de cobalto do mundo.....	22
Título: Atvos, da Odebrecht, propõe corte de 46% da dívida	23
Título: Destaques	24
Título: Sem impeachment no Paraguai	25
Título: PT questiona acordo secreto com Paraguai sobre Itaipu	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Petrobrás pode unir e vender termoeletricas	26
Título: Santa Cruz perde contrato com estatal	27
Título: Recuperação em ritmo firme da Petrobrás	27
Título: Alcool na veia	28

Título: Líder paraguaio é alvo de pedido de impeachment	29
Título: Racionamento de combustível	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31
Título: Petrobras cancela contrato com presidente da OAB.....	31
Título: Petrobras estuda ter subsidiária para térmicas.....	32
Título: CNI propõe fim da obrigatoriedade da tabela do frete	34
Título: Jornal diz que presidente paraguaio sabia termos de acordo sobre Itaipu.....	34
Título: Sem indicações de novos membros, Cade trava negócios de R\$ 152 bilhões.....	36
Título: Tensão elétrica	40
Título: Itaipu, uma usina de encrencas	41
VEÍCULO: O Globo.....	42
Título: Presidente critica poder de agências reguladoras.....	42
Título: Petrobras cancela contrato com escritório de Santa Cruz	44
Título: Mensagens comprometem presidente do Paraguai	45
Título: A indivisível união do país.....	47

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sem faturamento, Itaipu aguarda por novo acordo

Um dos principais desafios da diplomacia do governo Bolsonaro pode ser definido neste mês: o acordo para a contratação anual de energia de Itaipu e para a repartição, entre Brasil e Paraguai, do excedente produzido pela usina. Pelo menos, é isso que espera Itaipu Binacional, empresa dona da segunda maior hidrelétrica do mundo e que não pode emitir faturas de energia da usina enquanto não houver um consenso entre as partes. O tema, sensível para a

política paraguaia, voltou a estremecer esta semana o governo de Mario Abdo Benítez, com um novo pedido de impeachment.

De acordo com informações de Itaipu, as estatais Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), do Paraguai, retomaram as negociações.

"As negociações já começaram, e a expectativa é que se chegue a um acordo em um mês, considerando a urgência, pois a Itaipu está sem faturamento", informou a empresa, em nota ao **Valor**. Sem o acordo, Itaipu não consegue honrar seus compromissos financeiros, como pagamento de royalties, folha de pagamento e a própria dívida de construção.

"A Itaipu está sem faturamento, entretanto Eletrobras e Ande seguem fazendo depósitos à Itaipu, em valores inferiores àqueles que precisamos para honrar todos os nossos compromissos financeiros", completou a companhia.

De acordo com reportagem publicada pelo **Valor** na última semana, Itaipu Binacional já deixou de receber neste ano US\$ 54,9 milhões em razão da falta de acordo entre os dois países em relação ao contrato de potência. Se as partes não chegarem a um consenso, essa fatura em aberto pode chegar a US\$ 130 milhões até o fim do ano.

De acordo com o **Ministério de Minas e Energia**, o assunto está em nível técnico. Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto.

Diferentemente do Anexo "C" do Tratado de Itaipu, que trata das regras de comercialização de energia da hidrelétrica e que vencerá em 2023, o acordo em negociação neste momento é, em tese, mais simples. Na prática, ele é referente apenas ao montante de energia que cada entidade (Eletrobras e Ande) contrata para o ano seguinte. Ocorre que Itaipu, em geral, produz energia excedente, oriunda das duas últimas turbinas. A concepção original do projeto, sob a qual foi firmado o financiamento, previa 18 máquinas, em vez de 20 unidades. A energia excedente, portanto, tem custo mais baixo.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, centro de estudos do setor elétrico brasileiro, Claudio Sales, o lado paraguaio tem contratado um volume menor de energia anualmente. Quando a demanda é atingida, ele consome o excedente da hidrelétrica, pagando menos por isso. "O Paraguai declara uma [necessidade de] potência menor. E consome quase toda a energia excedente a um custo menor", afirmou o especialista.

O Brasil quer justamente firmar um novo contrato, ampliando o volume contratado pela Ande e determinando que a energia excedente da hidrelétrica seja repartida igualmente entre as partes.

Segundo Sales, a forma como vem sendo contratada a energia de Itaipu penaliza, em última instância, o consumidor brasileiro, que acaba pagando um valor mais caro. "O Brasil deve sentar à mesa [de negociação] sem arrogância, mas com altivez, para deixar claro os termos do Tratado de Itaipu e buscar a compensação com relação a esse benefício que o Paraguai teve", completou.

No fim do mês passado, a negociação do acordo entre os dois países sem divulgação gerou uma crise política no Paraguai, causando demissões de representantes do governo daquele país e um pedido de impeachment de Abdo Benítez, por "traição à pátria". O pedido, porém, havia perdido força, após o governo Bolsonaro cancelar a ata.

Ontem, porém, o jornal "ABC Color", do Paraguai, publicou reportagem a partir de vazamento de informações que indicavam que, supostamente, Abdo Benítez sabia da negociação e que recebeu pressão do Brasil para assinar o acordo. A oposição paraguaia fez novo pedido de impeachment.

Segundo Thomaz Favaro, diretor da consultoria Control Risks, o impasse atual em Itaipu é um tema mais sensível do ponto de vista político do que econômico. Conforme informado pelo **Valor** na última semana, o efeito líquido da negociação seria de US\$ 250 milhões em quatro anos.

No meio do impasse, a nova diretora jurídica da parte brasileira de Itaipu Binacional, Mariana Thiele, tomou posse ontem destacando o caráter jurídico do Tratado de Itaipu. **(Colaboraram Rafael Bitencourt e Daniel Rittner, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Paraguai aguarda redução de custo para atrair empresas

Enquanto o impasse em relação ao contrato de potência da usina de Itaipu domina o noticiário paraguaio e estremece o governo de Mario Abdo Benítez, o país vizinho vive a perspectiva favorável para os setores econômico e energético no longo prazo. Isso porque, em 2023, está previsto o encerramento do pagamento do financiamento de construção da hidrelétrica. A dívida representa cerca de 60% do custo da energia da segunda maior usina do mundo, de 14 mil megawatts (MW) de capacidade.

A depender de como for renegociado o acordo comercial da usina, o Anexo "C" do Tratado de Itaipu, que também vence em 2023, o Paraguai poderá ter uma queda significativa de custo de energia, podendo atrair novas indústrias e investimentos para o país vizinho.

"Com baixos custos de eletricidade e vizinho de dois grandes mercados consumidores [Brasil e Argentina], o Paraguai deve ser capaz de atrair mais investimento estrangeiro direto se melhorar o ambiente de negócios, governança e infraestrutura", destacou o Fundo Monetário Internacional (FMI), em relatório publicado neste ano.

No ano passado, a economia paraguaia cresceu 3%, impulsionada pela demanda interna e recuperação do crescimento do crédito. A expectativa do FMI para este ano é um crescimento do PIB de 3,5%.

Segundo Thomaz Favaro, diretor da consultoria Control Risks, apesar de possuir uma base de manufatura, o motor da economia paraguaia continua sendo o agronegócio. Com cerca de 7,1 milhões de habitantes, o país é um dos principais exportadores globais de carne, soja e milho.

Com relação à oferta de energia, o Paraguai já tem o necessário para sustentar um processo de industrialização mais intenso. O parque gerador paraguaio tem capacidade de aproximadamente 8,8 mil megawatts (MW), a partir principalmente de três hidrelétricas: Itaipu (do qual possui 50% dos 14 mil MW), Yaciretá, em parceria com a Argentina (em que também possui 50% dos 3,2 mil MW de potência) e Acaray, de 200 MW.

Com relação à demanda energética, um plano de longo prazo feito pela Administración Nacional de Electricidad (Ande) prevê que, mesmo em cenário de crescimento econômico de 8,9% ao ano, a oferta atual é capaz de atender a demanda até 2028.

Apesar disso, a Ande possui plano de investimentos de US\$ 2,2 bilhões para expandir a capacidade instalada em 580 MW, a partir de fontes hidrelétrica e solar.

Com relação à renegociação do Anexo "C" do Tratado de Itaipu, há pelo menos três cenários. O primeiro não inclui nenhuma mudança. Assim, a tarifa da usina continuaria sendo pelo custo, provocando uma redução simples de 60% do custo de energia, relativo ao fim da dívida, hoje de pouco menos de US\$ 8 bilhões.

O segundo cenário prevê revisão do valor de royalties (equivalente a 12,5% da tarifa), além da revisão da remuneração ao Paraguai pela energia cedida ao Brasil.

O último envolve mudanças radicais, como a possibilidade de venda de energia, pela própria Ande e comercializadoras, diretamente no mercado brasileiro ou a terceiros países. Essas alterações, porém, precisam ser aprovadas pelos congressos do Paraguai e do Brasil, por envolver mudanças no próprio tratado.

Um maior aproveitamento pelo Paraguai da energia de Itaipu pode resultar em uma subcontratação em massa das distribuidoras do Sul e Sudeste do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras dá passo para fim de diferença de preço no gás

Com a mudança na política de preços para o gás de cozinha, a Petrobras prepara o terreno para o fim dos preços diferenciados do gás liquefeito de petróleo (GLP) de uso residencial, em relação ao de uso empresarial. A expectativa é que o fim da diferenciação, um dos pilares do "choque de energia barata" prometido pelo governo, incentive a atração de investimentos privados.

A Petrobras anunciou nesta semana novas regras de precificação do GLP. A partir de agora, os preços do gás de cozinha, vendido no botijão de 13 quilos (P-13), serão reajustados de forma similar ao GLP empresarial, ou seja, sem periodicidade definida e com base na paridade de preços de importação, acrescidos dos custos do frete marítimo, despesas internas de transporte e margem para remuneração dos riscos. Antes, o P-13 tomava como referência o mercado europeu e uma margem de 5%, mas não considerava todos os custos de internalização do combustível.

Com a mudança, a petroleira convergiu os preços do P-13 e do GLP empresarial, embora ainda tenha mantido uma diferenciação entre eles: o gás de cozinha é vendido, nas refinarias, a R\$ 1.850/tonelada, R\$ 100/t mais barato que o gás de uso comercial e industrial.

Ao eliminar a periodicidade fixa de reajustes e atrelar os preços ao PPI, a nova política de precificação também eliminou algumas práticas de suavização do impacto da volatilidade do mercado internacional - até então, a petroleira adotava reajustes trimestrais e o P-13 era fixado com base numa média dos preços internacionais dos últimos 12 meses.

O GLP residencial é vendido pela estatal a preços mais baixos do que o mesmo gás comercializado para indústrias e comércio, por força da Resolução nº 4/2005, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que reconhece a prática de preços diferenciados como de interesse para a política energética.

Consumido por 98% das famílias brasileiras, o P-13 é historicamente encarado, pelos governantes, como um produto altamente sensível do ponto de vista do custo político. A resolução do CNPE amparou, por muitos anos, a política de subsídios da Petrobras para o GLP. A necessidade de atração de investidores para o setor, diante da redução dos investimentos da estatal, tornou, contudo, a diferenciação anacrônica. A expectativa é que o CNPE se reúna neste mês para discutir se revoga a resolução.

A mudança na política de preços da Petrobras, a propósito, ocorre dias após a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia, publicar uma nota afirmando que o momento é oportuno para o fim da diferenciação. A equipe técnica alega que não há justificativa econômica para a escalada dos preços, após a revogação da resolução, uma vez que os valores praticados pela Petrobras já estão acima da PPI.

Ao atrelar os preços do combustível à paridade internacional e acabar com a periodicidade dos reajustes, a estatal dá um sinal positivo para atração de investidores, num momento em que busca compradores para suas refinarias e para a distribuidora Liquigás.

"Não é à toa que a Petrobras anunciou a mudança na política de preços. Ela está sinalizando para o investidor interessado na Liquigás que vai ser mais fácil, haverá mais liberdade, para formar preços", afirmou Hélder Queiroz, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Já para o consumidor, as novas regras tendem a aumentar a frequência dos reajustes e à exposição dos preços internos à volatilidade do mercado internacional. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as mudanças tendem, por outro lado, a reduzir a ordem de grandeza dos reajustes. "Quando uma empresa fica muito tempo sem mexer nos preços, há riscos de reajustes muito grandes, numa pancada só. Com a mudança, a Petrobras está criando uma situação de normalidade no mercado".

Segundo Queiroz, é necessário separar o papel do Estado e da Petrobras na política de preços dos combustíveis. "A política de preços é uma atribuição do governo. Cabe a ele sinalizar instrumentos para estabelecer mecanismos de proteção ao consumidor. À empresa cabe praticar preços livres", comentou o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O racional por detrás do fim dos preços diferenciados é permitir o aumento da concorrência. Segundo nota técnica do Ministério de Economia, de julho, existe o risco de que a diferenciação seja utilizada como "álibi ou desculpa para adoção da conduta oportunista" por parte do agente dominante, para impedir novos entrantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cesp avança no processo de mudanças na gestão

Os novos controladores da Cesp - Votorantim Energia e o fundo de pensão canadense CPPIB - deram mais um passo ontem na reestruturação da companhia. O atual diretor financeiro, Mario Bertoncini, passará a responder pela presidência da geradora de energia. Fábio Zanfelize, que acumulava as presidências da Votorantim Energia e da Cesp desde que a empresa foi privatizada, deixa o último cargo e vai substituir João Schmidt (diretor de desenvolvimento corporativo do Grupo Votorantim) no comando do conselho de administração da companhia paulista.

Para a diretoria financeira, a geradora de energia trouxe Marcelo de Jesus, atualmente diretor financeiro da Enel Chile e ex-diretor-financeiro da Eletropaulo.

Na Cesp desde fevereiro deste ano como diretor-financeiro, Bertoncini tem no currículo passagens pelo Itaú BBA e pela Nexa Resources (antiga Votorantim Metais), na qual ocupava a diretoria financeira desde 2014.

"Já trabalhávamos com esse plano de transição na companhia. O período serviu para confirmarmos o que tínhamos visto na diligência do ativo, fazer processos e ajuste de pessoal e montar o time", disse Zanfelize, em entrevista ao **Valor**.

Antes de pensar em crescimento, as atenções dos controladores da Cesp estão voltadas para resolver problemas antigos e destravar valor na companhia. A primeira iniciativa foi a realização de dois programas de demissão voluntária (PDVs). O primeiro, concluído em fevereiro, teve a adesão de 327 funcionários. A segunda rodada, feita em julho, contou com outras 20 adesões. O número de funcionários caiu de 527 para 254, já considerando contratações que foram feitas no mercado e também funcionários da própria Votorantim Energia que migraram para a nova investida.

"O PDV foi tão bem sucedido que atingimos a meta de redução de pessoal no curto prazo", disse Zanfelize. A relação entre número de empregados e

megawatt (MW) instalado caiu de 0,31 para 0,15, aproximando a companhia de pares como a Engie e AES Tietê.

Outra frente importante de atuação da nova administração da Cesp é na avaliação de contingências judiciais, como trabalhistas e ambientais, que pesam no balanço da companhia. Ao fim de junho, havia R\$ 12 bilhões em passivos do tipo, sendo que R\$ 4,2 bilhões estavam provisionados. Segundo Zanfelize, foram contratados assessores jurídicos de "primeira linha" para fazer essa gestão, que passa, antes de tudo, por um processo de reavaliação de cada uma das ações.

"Não esperávamos grandes movimentos no primeiro semestre, porque precisávamos fazer essa avaliação. Os frutos das discussões devem acontecer a partir de agora", disse Zanfelize. Segundo Bertoncini, que está à frente dessa iniciativa, os diagnósticos iniciais estão "muito em linha com o que vinha sendo provisionado".

Enquanto estatal, a Cesp tinha uma gestão passiva dessas contingências, protelando muitas das ações por anos na Justiça. Agora, os novos sócios querem buscar acordos para minimizar os problemas no balanço. "Qualquer real e tempo que podemos investir agora na expansão da companhia serão melhor aplicados para resolver as contingências", disse Zanfelize. Segundo ele, não há um "prazo" fixado para isso, mas o foco da diretoria hoje é esse, uma vez que a empresa vê um potencial retorno maior no fim desses passivos do que em eventuais aquisições.

Quando chegar o momento de falar em crescimento, a Cesp gostaria de diversificar suas fontes, já que hoje tem apenas ativos hídricos na carteira. "O ideal seria fazer um mix com outras fontes", disse Zanfelize, lembrando que isso iria reduzir a exposição da companhia ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

A gestão das hidrelétricas é outra importante frente da reestruturação da Cesp. Em 2018, a companhia registrou uma despesa de R\$ 819 milhões devido à exposição ao GSF de suas usinas, e começou 2019 novamente com exposição ao mercado de curto prazo de energia. A entrada dos novos controladores marcou o início de uma postura pró-ativa na comercialização de energia. "Tentamos o mais rápido possível fechar a exposição, mas ela ainda tem déficits para os anos seguintes", disse Zanfelize.

Depois de resolver o problema de curto prazo, a administração da companhia passou a trabalhar junto da Votorantim Energia, compartilhando políticas, metodologias e critérios de comercialização. "Fechamos esse ciclo mês passado", disse o executivo. Depois desse período de compartilhamento de experiências, a Cesp contratou um gerente de comercialização e agora opera no

mercado livre com processos estruturados. "Antes, a companhia tinha um time, mas não tinha uma política definida e nem processos", disse Zanfelice.

A companhia não tinha, por exemplo, métricas para medir o risco de seu portfólio nem avaliar as contrapartes com o qual negociava. A comercialização é importante não apenas por conta da gestão do GSF. O principal ativo da companhia, a hidrelétrica de Porto Primavera, de 1.540 MW de potência, teve sua concessão renovada antecipadamente ano passado, e será totalmente descontratada entre 2028 e 2048.

"Comercialização é antecipar movimento de mercado e agir", disse Zanfelice. Como a companhia terá uma posição importante no mercado livre no futuro, o processo de evolução da sua área de comercialização será contínuo. "Vamos ter que avaliar no futuro se teremos time de varejo para vender energia para o cliente final", explicou. Por enquanto, a Cesp criou uma comissão de comercialização, que vai colaborar com o amadurecimento da área. As políticas de risco de crédito também foram aprimoradas, com análise de contrapartes para proteger a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Serveng busca ressarcimento da Chesf por perdas no RN

A disputa judicial entre a Serveng Energias Renováveis e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que é travada há cerca de dois anos nos tribunais de Brasília, pode ter um desfecho hoje. O julgamento do caso será retomado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O pivô do conflito é uma linha de transmissão de energia de 82 quilômetros, entre João Câmara e Extremoz, no Rio Grande do Norte, que a estatal controlada pela Eletrobras ganhou em leilão para construir mas não entregou no prazo.

A Serveng, que utilizaria a linha para entregar energia gerada em dez parques eólicos naquela região a partir do fim de 2012, diz que foi prejudicada pelo atraso da obra, acarretada com vários tipos de perdas financeiras. Com potência instalada de 170 MW, os parques ficam nos municípios de São Miguel do Gostoso e Mata Grande. A quase totalidade da energia tinha como cliente a Cemig, em um contrato de 20 anos com início de entrega da energia a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Chesf, que venceu na época muitos leilões (2009) de linhas em vários certames, não cumpriu o prazo definido para essa linha, marcado para abril de 2012. A estatal só conseguiu terminar a obra no fim de fevereiro de 2014. Por isso, foi multada pela Aneel, agência reguladora do setor.

"Após negociações com a Cemig, que adiou por seis meses a entrega, começamos a comprar energia no mercado livre a preços spot para cumprir o contrato com a cliente a partir de 1º de julho de 2013 ", disse ao **Valor** o diretor da Serveng, Mário Augusto Lima e Silva. Na região, a empresa opera os dez parques iniciais - Ventos Potiguares - e outros cinco construídos depois, totalizando uma potência de 295 MW.

A geradora de energia entrou na Justiça e teve ganho de causa em primeira instância em 29 de janeiro de 2018. O valor da causa, para ressarcimento de perdas financeiras apontadas pela Serveng, foi fixado em R\$ 243 milhões por perícia pedida pelo juiz da 23ª Vara Cível. Esse valor foi atualizado em R\$ 432 milhões pela taxa Selic a partir de 29 de agosto de 2017.

A Chesf levou o caso para o Tribunal de Justiça de Brasília, que fez a primeira audiência em 13 de março deste ano. O desembargador-relator Josaphá Francisco do Santos negou o provimento da Chesf. O voto-vista do desembargador Robson Barbosa de Azevedo adiou o julgamento. Remarcado para junho, na data Azevedo estava em licença médica. Hoje, o voto-vista será apresentado pelo desembargador. Caso Azevedo e o terceiro desembargador, Angelo Canducci Passarelli, sigam o voto do relator, o caso termina nesta instância. Ao contrário, vai para a "turma ampliada", com mais dois desembargadores chamados para analisar o processo.

Em nota ao **Valor**, a Chesf afirmou, sobre o processo, que "tem a convicção de que a apelação interposta pela empresa será totalmente provida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que julgará improcedente o pedido indenizatório, formulado pela Energia Potiguar Geradora Eólica e outras, tendo demonstrado, por vários fundamentos, não ter havido a prática de ato ilícito imputável à Companhia".

Para a Serveng, a Chesf causou danos à empresa, dentro do que rege a lei geral do país. "Quando se causa dano a alguém, já está previsto em lei o devido ressarcimento", afirma a gerente jurídica da Serveng, Melissa Ferrari de Melo. A avaliação é que a Chesf, controlada por um grupo forte (Eletrobras) tem

condições financeiras de arcar com o valor estipulado pelo juiz e depois atualizado.

Lima e Silva lembra que a Serveng cumpriu o contrato com a Cemig após negociar adiamento por seis meses. "Poderia ter alegado que a linha de transmissão, de responsabilidade da Chesf, estava com construção atrasada. Mas preferimos honrar, mesmo com custo de 7% de desconto do seu valor". Segundo o executivo, a Chesf admitiu em várias reuniões os atrasos na obra, mas tocava várias linhas ao mesmo tempo.

No valor da ação, o perito considerou compra de energia no mercado spot (R\$ 111 milhões), repactuação de contrato de financiamento com BNDES (44 milhões) e receita deixada que deixou de obter no período, entre outros itens. No projeto, conhecido como Ventos Potiguaras, a Serveng investiu R\$ 767,8 milhões, sendo R\$ 556,3 milhões financiados pelo BNDES.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Lucro da Engie Brasil Energia recua 35% no 2º Tri, após assumir a TAG

Em seu primeiro resultado trimestral após a conclusão da compra da Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, a Engie Brasil Energia (EBE) registrou lucro líquido de R\$ 385,4 milhões, com queda de 34,6% em relação a igual período do ano passado, de R\$ 589,2 milhões. Na mesma comparação, a receita líquida cresceu 1,9%, para R\$ 2,176 bilhões e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recuou 13,7%, totalizando R\$ 1,052 bilhão.

De acordo com o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini, o resultado foi influenciado pela sazonalização da energia assegurada das hidrelétricas da empresa (nome técnico para a forma como a companhia distribui a entrega de energia das usinas ao longo do ano), o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) e os preços de liquidação das diferenças (PLD) mais baixos no período.

Também influenciou o resultado da companhia o efeito da aquisição da TAG. Junto com a holding francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), a EBE adquiriu 90% da subsidiária da petroleira

dona de uma rede de 4,5 mil km de gasodutos no Norte e Nordeste, por cerca de US\$ 8,5 bilhões. A EBE tem agora 29,25% na transportadora de gás.

As dívidas levantadas pela EBE para financiar a aquisição foram consideradas no resultado do segundo trimestre, enquanto o resultado de equivalência patrimonial da TAG contou apenas a partir de 13 de junho. "Entrou [no resultado] a dívida da TAG e não entrou o resultado da TAG", explicou Sattamini. A dívida líquida da EBE cresceu de R\$ 6,2 bilhões, no segundo trimestre do ano passado, para R\$ 11,4 bilhões de abril a junho deste ano.

Com isso, o nível de endividamento, medido pela relação dívida líquida/Ebitda, subiu para 2,6 vezes, em junho deste ano. O executivo, porém, afirmou que este é o patamar de dívida mais elevado que a empresa vai registrar neste ano.

Também pesou na comparação anual, o recebimento de uma indenização de seguro da ordem de R\$ 70 milhões no segundo trimestre de 2018, o que influenciou a base de comparação do resultado.

Segundo o diretor-presidente da EBE, a perspectiva para o segundo semestre do ano é favorável. Além do resultado que virá das operações da TAG, a empresa colocou em operação no fim de junho a termelétrica a carvão de Pampa Sul, de 345 megawatts (MW) de capacidade instalada, no Rio Grande do Sul. O empreendimento tem receita fixa semestral da ordem de R\$ 300 milhões. "Vamos começar a ter efeito dos contratos [da térmica] no segundo semestre", disse.

Sattamini também contou que a empresa irá iniciar a construção do parque eólico de Campo Largo II, de 361,2 MW, na Bahia. Com investimento estimado em R\$ 1,6 bilhão, o empreendimento é voltado para atender contratos no mercado livre.

Mesmo com os novos investimentos e a integração da TAG, a EBE continuará olhando oportunidades no mercado. Por isso, porém, a empresa ainda não decidiu sobre o percentual de distribuição de dividendos relativos ao primeiro semestre do ano. "Temos que ser um pouco mais conservadores na definição da distribuição [de dividendos]", afirmou Sattamini.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Itaú prepara leilão para compra de energia renovável**

O Itaú pretende realizar neste ano um leilão para a contratação de energia de geração distribuída (GD) por fonte renovável (eólica, solar, pequena hidrelétrica, etc) para o atendimento de agências bancárias no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Marcelo Girão, chefe da área de Project Finance do banco, a expectativa é que seja contratado algo da ordem de 5 megawatts (MW) de capacidade.

"Estamos organizando um pequeno leilão para [o atendimento a] um conjunto de agências para [contratar] GD. Há um sentido econômico e de melhorar ainda mais [o perfil de consumo] através de renováveis", afirmou Girão ao **Valor**, após participar de evento sobre energia eólica e solar, promovido pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a epbr, agência de notícias especializada em política energética.

"A ideia é que [o leilão] seja neste ano ainda. Um leilão para [atender] dois Estados, Rio de Janeiro e São Paulo", completou Girão.

Se confirmado, este será o segundo contrato que o Itaú firmará na área de GD. O primeiro foi desenhado pela GD Solar e consistiu na utilização de uma usina solar fotovoltaica de 5 MW para o atendimento de 200 agências bancárias em Minas Gerais.

Segundo Girão, a queda da taxa básica de juros da economia brasileira deverá estimular a participação do mercado de capitais, incluindo pessoas físicas, na expansão da oferta de fontes renováveis no país, enquanto o BNDES deve reduzir sua participação. "Os investidores, não só as pessoas físicas, as assets [gestoras], os fundos, vão ter que buscar mais rentabilidade, não ficar só no título público. Vão ter que começar a tomar um pouco mais de risco comprando uma debênture de um projeto, uma debênture corporativa, colocando dinheiro nos fundos de infraestrutura para ter uma rentabilidade um pouco maior", afirmou.

"Em certa medida, isso [queda dos juros] fomenta, sem dúvida, um maior volume de emissões no mercado de capitais e, do outro lado, uma maior captação dos investidores", completou o executivo.

Girão também vê espaço para fundos de pensão participarem do financiamento dos projetos.

A capacidade instalada de GD a energia solar fotovoltaica no Brasil atingiu neste mês a marca de 1 gigawatt (GW), segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com o diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia da Energisa, Fernando Maia, a capacidade instalada de GD solar tem crescido no Brasil principalmente por duas razões: a queda significativa do custo e os subsídios aplicados ao uso da rede de distribuição.

A agência reguladora, porém, está estudando modificações na resolução que trata da GD. As alterações podem resultar na cobrança de um encargo de uso do sistema de distribuição aos usuários desses equipamentos.

Ainda assim, explicou Maia, a capacidade instalada de GD solar continuará crescendo no país. "Acreditamos que é um bom negócio mesmo sem subsídios".

A Energisa, que adquiriu neste ano a Alsol, especializada em GD, prevê investir em projetos com capacidade instalada entre 1 MW e 5 MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Taesa está preparada para novas aquisições, afirma presidente

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa) está preparada para novas oportunidades de aquisições no mercado brasileiro, afirmou ontem o diretor-presidente da companhia, Raul Lycurgo Leite.

Após concluir a compra das ações da Eletrobras nos lotes Brasnorte, Transmineiras e ETAU, no valor de R\$ 186 milhões, no segundo trimestre, a empresa mira não só os novos desinvestimentos da estatal elétrica, como também o leilão de transmissão de dezembro e oportunidades de negócios com pequenas e médias empresas do setor.

"A Taesa sempre tem interesse nesses ativos de M&A [fusões e aquisições], desde que mantenhamos efetivamente os nossos pilares de disciplina financeira, de retorno e geração de valor aos acionistas", afirmou o executivo, durante teleconferência com investidores ontem.

Ao ser questionado sobre o perfil de ativos que interessa a empresa, Lycurgo Leite disse que a presença da Taesa no território brasileiro é "bem ampla" e que, portanto, a transmissora pode vir a buscar ativos em todo o Brasil.

"Praticamente em toda localidade no Brasil um ou outro ativo está dentro da nossa fronteira", afirmou o presidente.

Lycurgo Leite disse, ainda, que vê um "campo fértil" para aquisições no país. Ele afirmou que "a todo momento existe oportunidade" de negócios no Brasil, incluindo desde os ativos operados hoje por pequenos e médios agentes do setor, como as novas rodadas de desinvestimentos da Eletrobras.

"Quando a Eletrobras iniciou o seu processo de desinvestimento, a Taesa foi uma das primeiras a dizer que participaria desse processo desde que obviamente fizesse sentido com relação a nossa geração de valor. Quando a gente fala em M&A, a Taesa está sempre pronta", afirmou o executivo.

Lycurgo Leite comentou, ainda, sobre o leilão de transmissão de dezembro. Segundo ele, embora a licitação seja "um pouco menor" que os dois últimos leilões, a companhia mantém o interesse na rodada. "Estamos preparados para também crescer em 'greenfields' [novos projetos] em novos leilões", comentou.

A Taesa possui, hoje, 36 ativos de transmissão e deve elevar sua carteira para 40 ativos, quando concluída a aquisição da carteira da Âmbar Energia - que adicionarão mais de R\$ 130 milhões de receita anual permitida (RAP) e 1.227 quilômetros de novas linhas à base de ativos da transmissora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Raízen se une à Femsa e traz marca Oxxo

Uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país, a Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, se associou à mexicana Femsa para explorar novas oportunidades no negócio de lojas de conveniência e de proximidade no Brasil.

Pelo acordo assinado ontem, a engarrafadora e distribuidora da Coca-Cola terá uma participação de 50% na Raízen Conveniências, fatia pela qual pagará R\$ 561 milhões. Ao mesmo tempo, trará para o país a bandeira Oxxo, líder na América Latina no seu segmento.

Parte dos recursos desembolsados pela Femsa ficará com a Raízen Combustíveis e outra parte será aportada na "nova" empresa, para fazer frente ao plano de negócios. "A empresa nasce capitalizada para os primeiros anos de operação", disse ao **Valor** o vice-presidente comercial da Raízen, Leonardo Pontes.

A joint venture contará com estrutura profissional e de governança corporativa próprias e os nomes para a presidência e diretoria financeira serão escolhidos em breve. Para a transação, foi atribuído à Raízen Conveniências um valor de empresa de R\$ 1,122 bilhão, livre de dívida ou caixa.

Conforme o executivo, a parceria entre Raízen e Femsa é estratégica e complementar. Já há algum tempo, as duas companhias vinham conversando sem compromisso sobre características do negócio de varejo de conveniência e, nos últimos 12 meses, essas conversas ganharam tração. "Concluimos que há complementariedade", afirmou.

O objetivo da operação, que depende da aprovação de órgãos reguladores, é expandir o negócio de franquia de lojas de conveniência em postos de combustíveis sob a marca "Shell Select" e lojas de proximidade fora de postos de combustíveis sob a marca "Oxxo". Enquanto a expansão da Shell Select ganhará velocidade, as primeiras unidades Oxxo começarão a ser implementadas já no primeiro ano de operação da parceria. "No quinto ano, já teremos um número relevante de lojas Oxxo", disse Pontes.

Em nota publicada no exterior, a Femsa lembrou que a Raízen opera 6,2 mil postos no Brasil, sendo que mil deles tem as lojas Shell Select, franqueadas ou licenciadas para operadores independentes. Divisão de proximidade da Femsa, a Oxxo foi criada em 1978 e tem mais de 18 mil lojas na América Latina.

"Estamos olhando para o Brasil como um mercado atraente para o varejo de pequeno porte por um longo tempo. A transação anunciada hoje [ontem] combina o ativo certo e o parceiro certo para nós, com a estrutura certa e o momento certo", afirmou no comunicado Daniel Rodríguez Cofre, diretor-executivo da Femsa Comercio.

Segundo Pontes, o plano de negócios começou a ser estudado há cerca de seis meses e prevê crescimento agressivo nos próximos anos. Mais do que agregar vendas de combustíveis por meio das lojas de conveniência, estratégia que a Raízen poderia continuar a implementar individualmente, a parceria com a Femsa visa a explorar as novas tendências de consumo. "Pensamos nas grandes tendências, no adensamento urbano, na transformação dos hábitos de consumo. Vamos estar presentes em diversos formatos junto ao consumidor", explicou o executivo.

Detalhes do plano de negócio, como o número de lojas que serão abertas, não foram divulgados, mas a proposta é replicar no país o modelo das unidades Oxxo em outros países, com algumas adaptações ao consumidor local.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Petrobras recebe hoje propostas vinculantes pela Liquigás

A Petrobras vai receber hoje as propostas pela Liquigás. Ao menos um proponente que havia sido selecionado pela estatal para a fase vinculante ficará fora da disputa, apurou o **Valor**. A gestora de private equity Advent decidiu não entregar proposta nesta quarta-feira. A gestora árabe Mubadala e a brasileira Itaúsa, no entanto, continuam firmes no intuito de ficar com a distribuidora de gás liquefeito de petróleo (GLP).

A Itaúsa está em sociedade com a Copagaz. Como o **Valor** antecipou em 5 de julho, as duas proponentes, Mubadala e Itaúsa, já eram consideradas as favoritas para a reta final. Com a redução de participantes, a disputa entre as duas fica mais acirrada.

Duas outras proponentes interessadas que haviam sido selecionadas na fase não vinculante para a vinculante também podem participar: a gestora GP Investments e a operadora Ultragaz. A Ultragaz tinha inicialmente planejado consórcio com a gestora CVC, que desistiu do negócio. Não está claro se a companhia entregará proposta, já que ela depende de uma associação com outro investidor.

"A GP foi selecionada para a segunda fase, mas não está claro se o fundo se associará à Ultragaz na proposta firme", disse uma pessoa que acompanha o

processo. Isso porque, conforme a fonte, a Ultragaz não está consorciada com o Mubadala, o outro "player" financeiro que poderia entrar como operador. Outra proponente que buscava parceiros é a SHV Energy, dona da Supergasbras.

"Como o valor de corte para a fase vinculante foi de R\$ 2,1 bilhões, a Petrobras conseguirá fechar uma proposta com algum ágio sobre esse valor", diz uma fonte.

A Liquegás faz engarrafamento, distribuição e comercialização de GLP. Esta semana, a Petrobras anunciou mudanças na política de precificação de GLP residencial. Para alguns investidores, não agrada o fato de haver uma mudança em meio ao processo de venda da Liquegás - no entanto, consideram que a redefinição pode ser positiva para o setor por igualar a política à de GLP industrial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ações da Light sobem 10,13% diante de expectativa de vitória na Justiça

As ações ordinárias da Light fecharam o pregão de ontem com alta de 10,13%, a R\$ 21,20, devido às expectativas de que a companhia poderá lançar, já nos resultados do segundo trimestre do ano, um ganho extraordinário depois de vencer um pleito na Justiça que pedia a exclusão da incidência do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e Cofins.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, terminou ontem o prazo para que a União recorresse da ação, que, dessa forma, teria transitado em julgado. Estimativas de mercado apontam que a Light teria quase R\$ 3 bilhões a lançar em seu balanço como resultado da decisão sobre o fim da tributação.

A estatal mineira Cemig, que é sócia da Light, teve vitória semelhante no fim de julho, com efeito retroativo a 2003. A companhia informou que isso traria redução média de aproximadamente 1% das faturas dos consumidores, mas disse que os efeitos retroativos ainda seriam objeto de análise tributária e jurídica.

Em abril, Leonardo George de Magalhães, superintendente de controladoria da estatal, disse ao **Valor** que a companhia deveria reconhecer no máximo R\$ 3 bilhões em créditos fiscais a recuperar. Desses, R\$ 2 bilhões se referiam à

distribuidora, com parte devolvida aos consumidores. Outro R\$ 1 bilhão seria reconhecido pelo seu braço de geração e transmissão, a Cemig GT.

No caso da Light, o mercado entende que a companhia tem mais de R\$ 6 bilhões em bitributação a serem reconhecidos, sendo que metade desse valor, aproximadamente, seria devolvido aos consumidores. O entendimento para isso veio do fato de que a Equatorial, primeira distribuidora a ter vitória num pleito desses na Justiça, considerou na sua decisão o Código Civil, que restringe o ressarcimento aos consumidores a 10 anos.

Assim, a Light - e outras distribuidoras - precisariam devolver aos consumidores a bitributação acumulada entre 2009 e 2019. Os montantes recolhidos indevidamente entre 2003 e 2009, por sua vez, seriam da companhia, assim como os tributos do segmento de geração e transmissão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: Siemens mira em energia e transportes

A multinacional alemã Siemens tem mais de R\$ 2,5 bilhões reservados para investir em projetos de infraestrutura, energia elétrica e óleo e gás no Brasil até 2022, segundo o presidente global da companhia, Joe Kaeser.

O executivo, que está em visita ao país nesta semana, afirma que sua principal expectativa é conhecer os empreendimentos de infraestrutura planejados pelo governo federal. Esse mapa de oportunidades, diz ele, será determinante para a definição da companhia - mais até do que a aprovação da reforma da Previdência.

"O que o país precisa hoje é de bons projetos. Tendo isso, estamos financeiramente saudáveis e temos recursos para fazer os investimentos necessários", disse Kaeser ao **Valor**, em entrevista realizada dias antes de sua chegada ao Brasil.

Questionado sobre a lenta recuperação da economia brasileira, Kaeser evitou comentar e disse que poderá ter uma impressão mais precisa quando chegasse ao país. A última visita que fez ao Brasil foi em março do ano passado, quando ainda se iniciava a disputa eleitoral.

Nessa ocasião, o grupo assinou, em evento na capital paulista, um memorando de entendimentos com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e

Investimentos (Apex-Brasil) para investir € 1 bilhão no país. Desse total, já foi alocado R\$ 1,4 bilhão, em projetos de energia elétrica.

O montante inclui a aquisição, anunciada na segunda-feira, de 20% da Micropower-Comerc, empresa de armazenamento de baterias.

O valor também contabiliza a construção e operação de uma usina térmica movida a gás natural de 1.300 megawatts no porto do Açu, no Rio de Janeiro - projeto no qual a Siemens entrou não apenas como fornecedora, mas como sócia da Prumo Logística e da petroleira BP. A participação da empresa é de 33%.

Segundo Kaeser, a intenção do grupo é continuar atuando nesse tipo de empreendimento com participação acionária.

Além do setor de energia elétrica, a empresa acompanha de perto outros segmentos, como o de infraestrutura de transportes e também mobilidade.

O executivo destaca o interesse em fornecer soluções e equipamentos ao projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), cujo leilão está previsto para ocorrer no início de 2020, segundo o governo. O projeto já qualificado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) prevê que a via faça a ligação entre Ilhéus a Caetité, na Bahia.

Outro setor ao qual a Siemens está atenta no Brasil é o de óleo e gás, que promete receber uma "quantidade enorme de investimentos nos próximos anos", afirma o presidente. O interesse vai desde a fase de exploração e produção até o refino e processamento de gás natural, com o fornecimento de soluções de digitalização e automação.

Hoje, a companhia já tem uma fábrica, em Santa Bárbara D'Oeste (SP), para a produção de equipamentos voltados ao setor e fornece soluções para cerca de dois terços das plataformas de petróleo projetadas no país.

O executivo diz ver com bons olhos o avanço de empresas privadas nos diferentes setores da infraestrutura, mas afirma que, para a Siemens, o fato de a contratação ser pública ou privada pouco altera o interesse.

Para ele, um dos pontos importantes para estimular os investimentos da companhia é a uma maior segurança jurídica nos setores de infraestrutura. "A estabilidade regulatória e a previsibilidade são essenciais para que haja bons projetos", disse.

Em relação aos escândalos de corrupção nos quais a empresa esteve envolvida - em 2013, a Siemens fechou um acordo com autoridades antitruste e delatou a

existência de um cartel em diversas licitações de metrô e trens no país - o presidente ressalta que, desde então, houve uma "mudança total" na companhia. "Tivemos que aprender a lidar da forma mais difícil, mas hoje somos referência em normas de governança", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume e Henry Sanderson | Financial Times, de Londres

Título: Glencore vai parar maior mina de cobalto do mundo

A Glencore vai suspender a produção da maior mina de cobalto do mundo a partir do fim deste ano, depois da queda drástica observada na cotação do metal, essencial para produção de baterias.

A mineradora suíça liderada pelo bilionário Ivan Glasenberg vai fechar a mina de Mutanda, na República Democrática do Congo, que também é importante produtora de cobre, porque "não é mais viável economicamente", segundo uma carta a funcionários à qual o "Financial Times" teve acesso.

A decisão chega depois de a Glencore tem criticado uma nova lei de mineração no país, que elevou substancialmente os impostos cobrados das mineradoras internacionais em 2018.

"Infelizmente, em razão da queda significativa no preço do cobalto, do aumento da inflação nos custos de alguns de nossos principais insumos (principalmente o ácido sulfúrico) e de impostos adicionais adotados na lei de mineração, a mina não é mais viável economicamente no longo prazo", destacou a carta.

Um porta-voz da Glencore não quis comentar o assunto. A empresa, cujas ações fazem parte do índice referencial britânico FTSE 100, vai divulgar seu balanço patrimonial hoje. O preço do cobalto caiu mais de 40% neste ano, afetado pelo aumento da oferta na República Democrática do Congo, maior produtor mundial.

O cobalto é extraído juntamente com o cobre, e é um dos principais ativos da Glencore no país. Em 2018, produziu quase 200 mil toneladas de cobre e mais de 27 mil toneladas de cobalto, 20% da oferta mundial do metal.

Após o fim do ano, a mina será colocada no que se conhece no setor como processo de "cuidados e manutenção", de forma que a produção pode ser retomada. A Glencore já havia interrompido operações anteriormente em resposta a quedas nos preços. **(Colaborou David Sheppard).**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Graziella Valenti e Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Atvos, da Odebrecht, propõe corte de 46% da dívida**

A Atvos, companhia de açúcar e álcool do grupo Odebrecht, entregou ontem na Justiça o plano de recuperação para reorganizar suas dívidas financeiras com bancos e investidores, que somam R\$ 10,5 bilhões. Trata-se ainda de uma proposta, pois não foi negociada com os credores, mas é um termômetro da estrutura que o conglomerado deverá usar para a recuperação judicial da holding do conglomerado. Na empresa sucroalcooleira, a Odebrecht pretende cortar a dívida financeira total em 46%, para R\$ 5,7 bilhões. Esse é o desenho inicial levado ao juiz do caso, na 1ª Vara de Falências de São Paulo, João de Oliveira Rodrigues Filho, que cuida de todo o grupo.

A dívida listada na Atvos é de R\$ 15 bilhões, mas R\$ 3,9 bilhões são com o próprio sistema Odebrecht - não serão negociados e não "votam" em assembleia de credores - e R\$ 350 milhões são com fornecedores. Da dívida financeira, quase 80% pertencem ao BNDES e ao Banco do Brasil. Assim, o poder de decisão sobre o plano está nas mãos dessas instituições.

A Atvos possui nove usinas, que têm capacidade de processar até 37 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, o que a coloca como a segunda maior sucroalcooleira do país em capacidade instalada, atrás apenas da Raízen - joint venture entre Cosan e Shell. Porém, suas unidades têm operado com ociosidade de 27% e, na safra passada, a empresa foi a terceira em moagem. No último exercício, sua receita líquida ficou em R\$ 4,3 bilhões, praticamente estável ante o ciclo anterior, enquanto o Ebitda caiu 5%, para R\$ 1,5 bilhão.

O que a Atvos levou ao juiz prevê corte de 35% das dívidas com garantia real e de 75% das sem garantia. Os R\$ 3,4 bilhões de dívida extraconcursal (que nem ficam habilitados para serem reestruturados na recuperação judicial) serão alvo de conversas privadas, mas não há intenção de redução de valores. A dívida remanescente terá prazo de 15 anos, com custo de 115% do CDI, cinco anos de carência para amortizações e três, para juros.

A dívida que for cortada será trocada por um instrumento de dívida ou de participação - sem prazo de quitação. A Atvos colocou no plano que os donos desses papéis ficarão com 70% dos dividendos. Apesar dessa previsão, também há intenção de que nos três primeiros anos um total de até R\$ 100 milhões irriguem o sistema Odebrecht - desde que o caixa da companhia mantenha-se em pelo menos R\$ 300 milhões.

Esse modelo, de corte da dívida com conversão em instrumento de participação em lucros, a Odebrecht pretende adotar também na holding, que tem R\$ 65,5 bilhões a renegociar. As negociações, em ambos os casos, estão aos cuidados da RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, e do escritório E. Munhoz Advogados.

Na holding, que é conhecida pela sigla ODB, o projeto é desenhar uma saída na qual cerca de R\$ 20 bilhões sejam cortados dos compromissos financeiros - a exemplo do modelo de Atvos - e servidos por dividendos que subirem da própria sucroalcooleira, da construtora OEC e da Braskem. Essa estrutura, porém, tem desafios e requer uma negociação dura.

As ações da Braskem e seus dividendos estão integralmente já cedidos em garantia a cinco bancos e a Atvos tem 70% do capital também comprometido em alienações fiduciárias - 51% para credores do Peru e 20% para Lone Star. Para usar os dividendos de ambas é necessário negociar com os donos das alienações fiduciárias.

BNDES e Banco do Brasil têm demonstrado desconforto com a oferta da Atvos, pois alegam que a companhia está oferecendo algo que não mais detém. Mas a proposta não é muito diferente do que a empresa negociou privadamente antes da recuperação judicial.

A Atvos é a segunda empresa do conglomerado a ter um plano claro. Na construtora, houve até mesmo alinhamento com os credores sobre a dívida, para corte de 55% dos R\$ 12 bilhões devido. Na OEC, as conversas foram privadas, visando uma recuperação extrajudicial.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	07/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Minério abaixo de US\$ 100

Os preços do minério de ferro marcaram a quinta sessão consecutiva de baixa e perderam o nível dos US\$ 100 por tonelada no mercado transoceânico. Com a queda de 2,99% ou US\$ 3,01 por tonelada, o preço da commodity chegou a US\$ 97,55 por tonelada, de acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB". A cotação é a do minério com pureza de 62%, negociado no porto chinês de Qingdao.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/08/2019**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Sem impeachment no Paraguai

A oposição do Paraguai tentou levar adiante um segundo pedido de impeachment contra o presidente Mario Abdo Benítez (foto), mas a ideia não prosperou. Ontem o jornal "ABC Color" divulgou mensagens mostrando que Abdo sabia que os termos do novo acordo de Itaipu, assinado com o Brasil em maio, eram desfavoráveis ao Paraguai. A ata do acordo foi anulada pelos dois lados na semana passada. A primeira tentativa de processo de impeachment ocorreu no dia 1º, quando os termos do acordo foram divulgados. A de ontem fracassou porque a ala do Partido Colorado ligada ao ex-presidente Horacio Cartes se negou a apoiá-la.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/08/2019**Seção:** Política**Autor:** Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília**Título:** PT questiona acordo secreto com Paraguai sobre Itaipu

O PT protocolou ontem representação contra o presidente Jair Bolsonaro pedindo que a Procuradoria-Geral da República (PGR) investigue o acordo fechado com o governo do Paraguai para renegociação da energia da hidrelétrica de Itaipu com o objetivo de supostamente favorecer a empresa de um assessor ligado à família do presidente.

Também são alvo da representação o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna. O acordo secreto foi revogado às pressas pelo governo paraguaio após pressões pelo impeachment do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez. A energia de Itaipu é um dos principais ativos do país.

O PT acusa o governo brasileiro de incluir uma cláusula no acordo secreto para permitir a venda de energia não utilizada pelo Paraguai no mercado livre e com isso tentar favorecer a empresa Léros Comercializadora, que seria representada pelo empresário Alexandre Giordano, suplente do senador major Olímpio Gomes (SP), líder do PSL de Bolsonaro no Senado. O sigilo evitaria que empresas maiores concorressem com ela.

O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), afirmou que um dos filhos do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), se reuniu em março na embaixada do Paraguai com representantes do governo paraguaio e da Lerós para intermediar o acordo. "Ele está se utilizando da presidência da Comissão de Relações Internacionais da Câmara e da condição de filho do presidente da República para fazer um lobby internacional a favor da empresa de um suplente de senador do partido dele", disse.

A proximidade de Giordano com a família Bolsonaro, segundo o PT, foi reforçada por depoimentos e mensagens publicadas pela imprensa do Paraguai. O PSol também protocolou requerimentos de informação na Câmara ao governo brasileiro questionando a participação de Bolsonaro na negociação e quais funcionários do governo brasileiro receberam Alexandre Giordano para tratar do acordo.

Eduardo, indicado pelo pai para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos, não tinha rebatido as acusações da oposição em plenário até o fechamento desta edição e nem respondido por meio de sua assessoria. A assessoria de Olímpio também não deu retorno e o **Valor** não conseguiu contato com a Lerós nem com Giordano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Economia

Autor: CRISTIAN FAVARO

Título: Petrobrás pode unir e vender termoelétricas

A Petrobrás está estudando criar uma empresa com suas termoelétricas e vendê-la por meio de uma abertura de capital. A informação foi passada por analistas, que se encontraram com a diretoria da estatal durante café da manhã ontem. Em relatórios, analistas apontaram também que a estatal pode vender algumas rotas de gás que ligam o pré-sal. Em relatório, Gabriel Francisco, da XP Investimentos, escreveu que a empresa "está estudando a criação de uma subsidiária de geração de energia que englobe várias usinas termoelétricas da empresa (algo como 15 de 26).", escreveu.

Na mesma direção, o analista do BB Investimentos, Daniel Cobucci, afirmou que Anelise Lara, diretora da Petrobrás, indicou algumas possibilidades de vendas, como rotas de gás que ligam o pré-sal. "Ela também reforçou a relevância dos desinvestimentos em curso, como refinarias, Liquigás e campos terrestres, que permitirão à empresa diminuir a alavancagem e se concentrar na área mais lucrativa da empresa, o pré-sal", escreveu, em relatório.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 07/08/2019**Seção:** Política**Autor:****Título:** Santa Cruz perde contrato com estatal

A Petrobrás cancelou contrato com o escritório de advocacia do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. A informação é da assessoria do próprio escritório, sem detalhar o motivo da rescisão. A Petrobrás disse que não iria comentar. Na semana passada, Santa Cruz entrou em atrito com Jair Bolsonaro, depois de o presidente contrariar registros oficiais e dizer que o pai de Santa Cruz – o militante de esquerda Fernando Santa Cruz – foi morto por colegas do grupo político que integrava, e não por militares.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 07/08/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Recuperação em ritmo firme da Petrobrás

Ainda que o lucro líquido da Petrobrás de R\$ 18,9 bilhões no segundo trimestre de 2019 – recorde para o período – tenha se originado principalmente da venda da rede de gasodutos TAG, o balanço do segundo trimestre revelou inegável avanço na condução da empresa. Segue em ritmo intenso o programa de ajustes voltado para o aumento da geração de caixa, a redução do endividamento e o desempenho financeiro, considerado "bom" pela estatal.

O pagamento de remuneração de R\$ 0,20 por ação preferencial ou ordinária, o dobro do que foi pago relativamente aos lucros do primeiro trimestre, é um ponto alto dos resultados. O lucro líquido não recorrente foi de R\$ 5,2 bilhões no trimestre. Havia expectativas de que fosse ainda maior, mas os investidores receberam bem os resultados e os papéis da empresa negociados em bolsa registravam alta na sexta-feira, um dia após a divulgação do balanço.

Em nota oficial, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, notou que os resultados foram ajudados pelos preços do petróleo, pela taxa de câmbio e pelas margens de refino (crack spreads). Contribuiu também o avanço na exploração do pré-sal, "com custos de extração mais baixos e óleo de melhor qualidade". A Petrobrás ainda tem dívida bruta de US\$ 101 bilhões pelo critério contábil da IFRS 16 (que inclui os contratos de arrendamento). Mas o endividamento tem recuado expressivamente desde a gestão Pedro Parente, no

governo Temer. Entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano, a dívida bruta em dólares caiu 4,7% e a dívida líquida, 12,4%.

O objetivo é uma redução substancial da dívida até 2020, com a aceleração do plano de desinvestimento, que deverá permitir uma redução da alavancagem de 2,5/3 atuais para 1,5. Até julho, a empresa obteve US\$ 15 bilhões com a venda da TAG, do controle da BR Distribuidora e de campos maduros de petróleo. A exemplo de companhias privadas, a estatal está cortando operações onerosas, como a das concessões de gás no Uruguai, e fechando ou enxugando escritórios fora do Brasil. A Operação Lava Jato ajudou a Petrobrás a afastar a corrupção que grassava na cúpula da empresa. Abriu caminho, assim, para a profissionalização crescente dos quadros e da gestão. A saída da posição de monopólio no refino e no gás deverá ser o próximo passo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Álcool na veia

Direto da fonte

Na intenção de melhorar a qualidade do ar nas grandes cidades, a China está em fase de aprovação do texto de nova lei que pode fazer a felicidade dos produtores de álcool pelo mundo inteiro: ela visa obrigar o uso de 10% de etanol misturado na gasolina do país, segundo adiantou a coluna ontem no Broadcast/ Estadão. Essa informação foi discutida em Pequim, entre o secretário da Agricultura paulista, Gustavo Junqueira, e Marcello Ometto, da Única, e representantes da Anfavea local (CAAM), durante longa conversa anteontem, sobre a produção de etanol.

Álcool 2

A intenção, inclusive, é de "estabelecer uma parceria Brasil-China para testar carros brasileiros flex fuel e além disso estudar a transferência de tecnologia de produção do etanol de cana e milho", detalha Junqueira. Ele lembra, também, que isso significa grande potencial de investimento no setor de cana de açúcar, aumento da produção de milho e novos recursos aplicados em destilarias de etanol de milho. "Quase uma revolução no setor de biocombustíveis e no agro brasileiro."

Álcool 3

O Brasil, segundo a Única, produz e consome, atualmente, algo como 30 bilhões de litros de etanol / ano. Com 10% de mistura, a China responderia por uma demanda extra mundial de... 15 bilhões de litros.

Álcool 4

Na fabricação de veículos, o plano dos chineses, segundo os dois interlocutores, é dobrar o número de carros dos atuais 240 milhões para 500 milhões. E desses, segundo informações lá recebidas, a indústria vai conseguir fabricar, contribuindo para a limpeza do ar, um limite de 30% de veículos elétricos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Internacional

Autor: AFP, COM CARLA BRIDI ASSUNÇÃO

Título: Líder paraguaio é alvo de pedido de impeachment

Mesmo sem votos necessários no Congresso para uma destituição, presidente e vice tornam-se alvo após acordo com Brasil sobre Itaipu

Um grupo de 32 deputados opositores ao governo paraguaio protocolou ontem o pedido de impeachment contra o presidente Mario Abdo Benítez, o vice-presidente Hugo Velázquez e o ministro da Fazenda, Benigno López, em razão de um acordo fechado com o governo brasileiro, em maio, sobre a venda de energia de Itaipu. O pacto, que favorecia o Brasil, foi anulado na semana passada, em razão da repercussão negativa entre os paraguaios. O grupo liderado pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), opositor ao governo, alinhou-se a partidos menores para apresentar o pedido, mesmo não havendo votos suficientes para a aprovação.

A legenda do presidente, o Partido Colorado (ANR), que chegou a ser a favor do impeachment, retirou o apoio no dia 1.º, após o anúncio do cancelamento do acordo com o Brasil. A sigla argumenta que, já que não há mais pacto, o Paraguai não será prejudicado. O número mínimo de votos necessário para aprovação no plenário da Câmara é de 53, de um total de 80. A situação é semelhante no Senado, onde são necessários 30 votos, de um total de 45. A oposição liberal, com o apoio da frente esquerdista Frente Guasú, não soma mais de 20. Ainda ontem, a parcela do Partido Colorado vinculada ao expresidente Horacio Cartes reuniu-se na casa dele, segundo o jornal paraguaio ABC Color, para avaliar se retiraria o apoio a Benítez, o que poderia viabilizar o andamento do impeachment.

A hipótese foi descartada. A manutenção do apoio por parte dos colorados pegou de surpresa a oposição. Ao Estado, um dos líderes da Frente Guasú,

Edgar Segovia, afirmou que esperava uma mudança de contexto, e admitiu que sem os votos dos congressistas colorados não será possível dar andamento ao impeachment. "Há muita indignação, mas isso tem que se transformar em pressão no setor político que tem participação no Parlamento. Se os partidários de Cartes não apoiam, não tem como prosseguir." A pressão sobre Abdo Benítez aumentou ontem.

O jornal ABC Color divulgou mensagens trocadas com o então presidente da estatal Administração Nacional de Eletricidade (Ande), Pedro Ferreira. Elas mostram que Benítez conhecia detalhes do acordo com a Eletrobrás e teria sido pressionado pelo Brasil para aceitar os termos do pacto. Defensores do presidente alegavam que somente o vice Velázquez sabia do acordo, por intermédio de um representante jurídico dele. Nas mensagens trocadas entre fevereiro e junho, Benítez ainda pede a Ferreira para que a negociação seja mantida em sigilo. Em abril, Ferreira é cobrado por Benítez para encaminhar as tratativas entre Ande e Eletrobrás. O presidente paraguaio chega a afirmar que, ao se negociar, "sacrificam-se posições e princípios".

"Não acredite que eu faço tudo que quero. Todos os dias tenho que "engolir remédios amargos", mas hoje o país está em nossas mãos e acredito que está nas melhores mãos." Benítez fazia referência à mudança das regras tarifárias da venda de energia excedente do lado paraguaio ao Brasil. Segundo Ferreira, o impacto seria de US\$ 400 milhões aos cofres paraguaios.

Durante quase um mês, as conversas seguiram com Ferreira apontando preocupações em relação às divergências assinaladas entre a chancelaria paraguaia e os negociadores brasileiros, citando os prejuízos ao Paraguai. Ferreira pediu demissão da Ande em 24 de julho, ocasionando a crise política no país. Ao ABC Color, Abdo Benítez argumentou que os diretores da estatal paraguaia somente repassavam a ele, como presidente, "a ponta da pirâmide" das negociações entre Eletrobrás e Ande.

De acordo com ele, seus assessores lhe diziam que caso o acordo não fosse firmado o faturamento da usina não seria completo e obras seriam paralisadas. Por essa razão, ele pressionava Ferreira a assinar o documento. "Quando alguém está nessa posição, acaba delegando muito aos seus colaboradores", rebateu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: Racionamento de combustível

Diante da evidência de que Jair Bolsonaro já está em campanha para 2022, como ele mesmo admitiu ontem, e de que não há alternativas no centro e à esquerda a ele, adversários começam a discutir meios de reduzir o estoque de combustível eleitoral que vão dar ao presidente falastrão. As reformas já estão precificadas, mas a ideia de um grupo amplo de parlamentares é não dar "dinheiro novo" que irrigue a economia rapidamente e dê gás a Bolsonaro. Nesse quadro, é a pauta de privatizações, sobretudo as mais ambiciosas, que entra na mira. Haverá resistência a empreitadas como a venda da Eletrobrás, uma das prioridades de Paulo Guedes.

"É loucura imaginar que o Congresso vai facilitar o plano de Bolsonaro para aniquilar não só os adversários, mas a política", disse à coluna um dirigente de uma das siglas do que se convencionou chamar de centrão. Para avançar na agenda pós-Previdência, inclusive no sentido de unificar os esforços na reforma tributária, Guedes não terá a mesma facilidade de transitar como se fosse um corpo estranho liberal num governo de corte autoritário. A escalada de palavras e ações de Bolsonaro aumenta na Câmara o desejo de resguardar as prerrogativas do Legislativo, inclusive limitando a edição de medidas provisórias, e também reduz a disposição de manter a "separação" entre a política econômica e o resto.

"À medida que Bolsonaro usa Guedes como Cavalo de Troia para invadir a cidadela da democracia, temos de nos opor", observa um parlamentar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Mônica Bergamo

Título: Petrobras cancela contrato com presidente da OAB

Felipe Santa Cruz afirma que episódio é parte de perseguição política

São Paulo- A Petrobras enviou nesta terça-feira (6) uma carta ao escritório de advocacia do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, comunicando que está cancelando o contrato que mantinha com ele.

O escritório atuava em causas trabalhistas. No ano passado, venceu uma causa estimada em R\$ 5 bilhões que seriam pagos como horas extras atrasadas a funcionários embarcados nas plataformas de petróleo da estatal.

O julgamento, no TST (Tribunal Superior do Trabalho) foi apertado: 6 votos a favor e 5 contrários.

"Era uma ação rescisória, algo como ressuscitar alguém que morreu. Eu salvei a empresa na causa trabalhista mais grave que ela já enfrentou", afirma Santa Cruz.

Ele afirma que entrará na Justiça com uma ação para reparação de danos. "Há claramente uma perseguição política em curso", diz.

O advogado foi atacado na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Ao reclamar que a OAB tinha entrado com uma ação para impedir a quebra do sigilo telefônico do defensor de Adélio Bispo, que esfaqueou o então candidato na campanha eleitoral do ano passado, o presidente afirmou que, se Santa Cruz quisesse saber como o pai, Fernando Santa Cruz, desapareceu durante a ditadura militar, poderia contar.

Depois, afirmou que Fernando Santa Cruz foi morto por militantes de esquerda — sem provas, a fala contraria toda a série de documentos produzidos pela própria ditadura sobre Fernando.

O presidente da OAB foi ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedir esclarecimentos de Bolsonaro, que tem duas semanas para explicar suas afirmações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras estuda ter subsidiária para térmicas

Analistas que participaram de reunião com direção diz que plano seria depois vender ativos por meio de oferta de ações

SÃO PAULO | REUTERS- A Petrobras avalia criar uma subsidiária de geração de energia com seus ativos termelétricos e vender a unidade em uma oferta inicial de ações, disseram analistas da XP Investimentos em relatório enviado a clientes nesta terça-feira (6), após reunião com executivos da petroleira.

A companhia estatal opera um parque de termelétricas que soma capacidade instalada de mais de 6.000 mega-watts, o que a coloca entre os maiores geradores de energia do Brasil, segundo informações da empresa.

Apesar de um amplo programa de desinvestimentos ao longo dos últimos anos, a Petrobras ainda não colocou suas termelétricas no mercado — até o

momento, a companhia fechou apenas a venda de 50% da Termo Bahia à francesa Total.

"A Petrobras está estudando a criação de uma subsidiária de geração de energia que englobe várias usinas termelétricas da empresa. Anova unidade também pode ser vendida em um IPO", escreveram os analistas da XR que participaram de café da manhã com a diretoria-executiva da estatal, incluindo o presidente, Roberto Castello Branco.

Em um movimento paralelo, a Petrobras ainda apontou que poderia haver um acordo com outras empresas de petróleo que atuam no pré-sal para a criação de uma companhia em conjunto com ativos de transporte de petróleo e gás, sendo que a Petrobras também poderia desinvestir do negócio por meio de uma oferta de ações.

"Os diretores da Petrobras mencionaram a possível criação de uma empresa de transporte (midstream) em consórcio. Após sua criação, a Petrobras poderia alienar sua participação na empresa por meio de mercado de capitais [como um IPO]", apontaram.

A estatal fechou acordo em julho com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) que prevê a venda de todos os seus ativos de transporte e distribuição de gás no Brasil até 2021. O acerto veio em meio a planos do governo para reduzir os custos do gás natural por meio do fomento à competição.

Procurada, a Petrobras não comentou as afirmações do relatório da XP.

Analistas do Goldman Sachs também escreveram relatório, na segunda (5), após encontro com o presidente e a diretora financeira da Petrobras, Andréa Almeida, no qual destacam "notícias positivas sobre a eficiência de custos do pré-sal".

Eles apontam que a estatal teria conseguido atingir, nas plataformas mais recentemente desenvolvidas, um custo de extração tão baixo quanto US\$ 4 por barril, ou 33% abaixo da média do pré-sal no segundo trimestre.

A Petrobras apontou no balanço do segundo trimestre que atingiu custo de extração de US\$ 6 por barril de óleo equivalente (boe) no pré-sal, enquanto o custo de produção médio foi de US\$ 10,4 por boe.

O volume de produção da Petrobras pode crescer 9% no período 2018-20, afirmaram os analistas do Goldman, que reiteraram visão positiva sobre as ações da companhia, com recomendação de compra.

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/08/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** CNI propõe fim da obrigatoriedade da tabela do frete

São Paulo- A indústria apresentou ao Ministério da Infraestrutura uma proposta para que a tabela do frete deixe de ser impositiva e passe a servir como parâmetro para negociações entre empresas e caminhoneiros.

Assinada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), a proposta também traz o compromisso de estimular a contratação de caminhoneiros autônomos.

A tabela, que define piso mínimo a ser pago para caminhoneiros autônomos, foi criada pelo governo Michel Temer (MDB) ao final da paralisação do setor ocorrida em maio de 2018.

Alvo de ações que questionam sua constitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal), inclusive da CNI, que é contra a fixação dos preços, ela se tornou motivo de mais disputas no mês passado, com ameaças de nova paralisação.

O motivo era uma revisão dos pisos que deixou os caminhoneiros insatisfeitos, por considerarem que a análise, feita pela Esalq-Log (ligada à USP) não contemplava uma margem de lucro para os trabalhadores.

A atualização da tabela foi suspensa, e o governo prometeu fechar acordos coletivos que passassem a contemplar a remuneração da categoria.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/08/2019**Seção:** Mundo**Autor:****Título:** Jornal diz que presidente paraguaio sabia termos de acordo sobre Itaipu

São Paulo- Uma troca de mensagens divulgada pelo jornal ABC Color revela que o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, sabia dos termos do acordo energético de Itaipu assinado com o Brasil em 24 de maio.

O documento, agora cancelado, elevaria os custos para a empresa estatal de eletricidade do Paraguai (Ande) em mais de US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 793 milhões), segundo legisladores e o ex-diretor da entidade.

Em mensagens trocadas de fevereiro a junho com o então diretor da Ande, Pedro Ferreira, o mandatário pressiona o executivo a assinar o acordo, que, segundo Abdo Benítez, seria essencial para a economia paraguaia. O presidente também dá a entender que foi pressionado pelo governo brasileiro durante a negociação.

"PEDRO, apresse [a] solução [entre] ANDE [e] Eletrobras. Está tudo parado. Temos que mover a economia. Itaipu é uma ferramenta. Não se pode ganhar totalmente em uma negociação", escreveu em 5 de março.

O diretor da Ande disse inicialmente que "faria o possível", mas posteriormente alertou o presidente que o contrato traria prejuízo estimado em US\$ 341 milhões (R\$ 1,35 bilhão) ao Paraguai, além de fazer com que os preços da energia para os paraguaios subissem.

No dia 12 de março, Abdo Benítez se encontrou com Jair Bolsonaro para discutir a revisão de cláusulas financeiras do tratado. Na época, o ministro da Fazenda do Paraguai, Benigno López, afirmou esperar que as conversas acerca da renegociação dessem origem a um acordo "justo e rápido".

Um mês depois, o jornal ABC Color publicou uma nota informando que o Brasil queria ignorar os benefícios concedidos aos paraguaios nas negociações. A reportagem não detalha quais benesses seriam perdidas.

O presidente se diz "preocupado" e dá a entender que as conversas haviam chegado a um ponto complicado, em que "a negociação está sob aparente pressão".

"Teremos que negociar. E, ao negociar, sacrificam-se posições e algumas vezes princípios, mas é a responsabilidade que temos hoje. Não creia que faço tudo o que quero. Todos os dias tenho que digerir bebidas amargas", escreveu Abdo Benítez para Ferreira.

Em 23 de maio, um dia antes da assinatura do acordo, Ferreira enviou a proposta da Ande para as tratativas finais ao diplomata paraguaio Hugo Saguier Caballero em Brasília. A ata foi firmada no dia seguinte, mas não foi divulgada publicamente.

Há uma lacuna nas mensagens dos dias 23 de maio a 8 de junho. O jornal afirma não saber se houve ou não conversas ou, em caso positivo, alega não ter tido acesso a esses diálogos.

Em 8 de junho, Ferreira avisa o presidente que estava muito preocupado com o que havia sido assinado no Brasil, e afirma que o novo acordo traria um prejuízo de US\$ 341 milhões (R\$ 1,35 bilhão). Abdo Benítez envia uma imagem da ata

firmada em Brasília, e recomenda que é necessário "manter o silêncio e não polemizar".

Ferreira mostra-se contrariado e dá a entender que foi pressionado a ficar em silêncio sobre a negociação: "Aprova de que é claramente inconveniente o acordo é que querem que o mantenhamos em segredo. Por que aqueles que assinaram e viram a ata não o defendem publicamente?", disse.

Ele temia que um escândalo estourasse. "Quando isso estourar para você, eu e o chanceler teremos que tirar a cara. Nada mais vai explicar." O chanceler, Luis Castiglioni, e outros três altos funcionários do governo renunciaram no final de julho após o Executivo paraguaio pedir a anulação de ata.

Antes, em 5 de julho, o presidente da Ande colocou o cargo à disposição. "Presidente, se serve de algo, negocie a minha cabeça, não a Ande. Eu não posso assinar algo contrário ao meu país, não conscientemente, e sobretudo algo que creio que vá lhe prejudicar muitíssimo", escreveu. Ele renunciaria em 24 de julho, após discordar dos termos e se recusar a assinar o acordo, que finalmente veio a público.

As mensagens também mostram que o presidente estava ciente da negociação com a empresa brasileira Leros. As conversas eram tocadas por José Rodríguez, advogado que, em mensagens reveladas pela TV paraguaia, diz representar o vice-presidente Hugo Velázquez.

Após a renúncia de Ferreira, partidos de oposição anunciaram a intenção de pedir a abertura do processo de impeachment contra o presidente e o vice por "traição à pátria". Com o cancelamento do pacto, a formalização do pedido de afastamento arrefeceu.

Após a publicação da reportagem do ABC Color, a oposição decidiu protocolar novo pedido de impeachment por "mau desempenho" recurso, porém, tem poucas chances de ir adiante já que a oposição tem minoria tanto na Câmara quanto no Senado paraguaio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Sem indicações de novos membros, Cade trava negócios de R\$ 152 bilhões

Em meio a concessões entre Bolsonaro e Senado, órgão da concorrência tem 4 das 7 vagas abertas

Brasília- Cinco processos envolvendo compra e venda de empresas aguardam a recomposição de integrantes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para serem julgados.

A paralisação impede a efetivação de negócios de pelo menos R\$ 152,5 bilhões, sob pena de multas pesadas.

Como antecipado pela coluna Paineis S.A., o maior desses casos se refere à compra da empresa de software Red Hat pela gigante IBM, uma operação global de US\$ 34 bilhões (R\$ 134 bilhões) que precisa passar pelo Cade porque as empresas têm atuação no país.

A operação está sob a relatoria da conselheira Paula Azevedo e não pode ser julgada por falta de quórum. Por regra, é preciso pelo menos quatro integrantes para a convocação de uma sessão desse tipo.

As outras quatro operações estão praticamente concluídas pela Superintendência-Geral, que só aguarda a retomada do órgão para submetê-las ao plenário.

Entre elas, estão a compra da Avon pela Natura, por R\$ 15 bilhões, a aquisição da Nextel pela Claro (R\$3,5 bilhões) e a da Red Bull pela Ambev, cujo valor não foi divulgado.

A superintendência é a porta de entrada do Cade. É ali que as empresas comunicam fusões, acordos de compra e venda ou fazem reclamações contra concorrentes por práticas anticompetitivas.

Os técnicos analisam cada caso e instruem os processos para o conselho já com recomendações. O presidente do Cade então faz a distribuição para os conselheiros, que têm um prazo para estudar o caso até submetê-lo ao plenário.

Para transações de menor valor ou complexidade, o superintendente tem a prerrogativa da aprovação ou reprovação sumária.

No entanto, cada conselheiro pode rever essa decisão, puxando o caso para si (algo conhecido como avocação), até 15 dias depois da publicação do despacho do superintendente no Diário Oficial da União.

Atualmente, cerca de 70 casos foram previamente aprovados, mas não podem ser efetivados porque, com apenas três integrantes no conselho — no total, são sete integrantes —, fica suspenso o prazo para avocação. Na prática, isso congela as decisões da superintendência.

Também ficaram congeladas as atividades de monitoramento de nove processos de compra e venda aprovados com restrições pelo conselho.

Duas delas são operações globais, a compra da Monsanto pela Bayer (US\$ 63 bilhões, ou R\$ 249,7 bilhões) e a da Fox pela Disney (US\$ 52 bilhões, ou R\$ 206,1 bilhões).

Na fusão da ALL, uma das maiores empresas de transporte ferroviário de cargas do país, com a Rumo Logística, do grupo Cosan, o Cade impôs, no âmbito das ações de monitoramento, condicionantes para evitar que o grupo integrado, avaliado na ocasião em R\$ 11 bilhões, pudesse discriminar concorrentes em sua malha.

Para isso, o conselho mantém um monitoramento permanente do cumprimento dessa restrição.

Semanalmente, são avaliados diversos casos aprovados pelo tribunal com algum tipo de condicionante. A legislação determina que, em casos de descumprimento, haverá aplicação de multa e, no limite, o caso pode até ser revertido.

Neste momento, se houver alguma infração cometida pelas empresas, não será possível fazer o julgamento.

Um desses casos decorre da fusão da BM&F Bovespa com a Cetip, que fez surgir a B3.

A aprovação previu cláusulas para garantir que grupos interessados em lançar uma Bolsa concorrente no país não fossem impedidos de usar os serviços da Cetip, balcão de negócios de títulos privados.

Na aquisição de uma participação na XP o Itaú também enfrentou uma série de travas impostas pelo conselho para impedir que o banco assumisse o controle da plataforma digital de investimentos que se tomou uma das líderes no país.

Também entrou em um limbo a fiscalização dos TCCs (Termos de Cessação de Conduta). Eles são acordos negociados entre as empresas e o Cade para suspender a tramitação de processos sancionadores por práticas anticompetitivas.

Entre junho e julho deste ano, a Petrobras fechou dois termos desse tipo.

Em um deles, aceitou vender 8 de suas 13 refinarias, um negócio que deve seguir um rito definido e monitorado pelo Cade até 2021 e, quando encerrado, movimentará cerca de R\$ 15 bilhões.

No outro caso, a estatal vai se retirar do transporte e distribuição de gás, delegando para concorrentes metade desse mercado.

A ideia do Cade é que, ao quebrar o monopólio da Petrobras nesse ramo, outros grupos invistam cerca de R\$ 39 bilhões na construção de novos gasodutos e o preço da energia para a indústria possa cair até 40%.

Para isso, existe um comitê que analisa o fornecimento de gás pela estatal, os contratos de compra e venda, dentre outras exigências.

Acordos fechados com seis empreiteiras (OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, UTC, Odebrecht e Carioca Engenharia) envolvidas em esquemas de cartel com a Petrobras investigados pela Operação Lava Jato ficam sem monitoramento p elo plenário.

A situação no conselho chegou a esse ponto porque o mandato de quatro dos conselheiros expirou e, até o momento, os substitutos não foram indicados por Jair Bolsonaro. A expectativa é que o presidente faça a indicação dos quatro nomes nos próximos dias.

Houve um atraso porque Bolsonaro decidiu ceder duas de suas vagas ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), como forma de evitar surpresas desagradáveis na aprovação da reforma da Previdência e na sabatina de seu filho Eduardo Bolsonaro, deputado pelo PSL de São Paulo, para a Embaixada do Brasil em Washington.

Tradicionalmente, os conselheiros do Cade ou são advoga-dos ou economistas. Por isso, os nomes partem dos Ministérios da justiça e da Economia.

Em maio, Sergio Moro (Justiça) e Paulo Guedes (Economia) enviaram ao Senado duas indicações. O problema é que não consultaram Bolsonaro nem Alcolumbre.

A resistência do Senado em pautar a sabatina dos indicados chegou ao Palácio do Planalto, e Bolsonaro decidiu retirar as indicações e abrir diálogo com o Senado para a definição dos quatro nomes.

O presidente deve indicar pessoalmente um nome para a vaga de Moro e, na vaga da Economia, o mais cotado é atual diretor de Estudos Econômicos do Cade, Guilherme Mendes Resende.

Na cota do Senado, um dos que ganharam preferência é Arnaldo Hossepian, integrante do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 07/08/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Tensão elétrica

Um acordo entre Brasil e Paraguai referente à usina de Itaipu, que em tese tratava de um ajuste de natureza econômica, provocou um princípio de turbilhão político no país vizinho, levando à queda de autoridades e à quase abertura de processo de impeachment contra o presidente Mario Benítez.

No fulcro da crise encontra-se a divisão da energia produzida pelo consórcio binacional — e o valor pago por ela. Cada parte detém metade da geração oficial da hidrelétrica, mas o Paraguai utiliza apenas uma fração do que tem direito, cerca de 15% do total.

Existe, ademais, uma produção que ultrapassa a potência formal da usina, chamada energia excedente. Trata-se de recurso mais barato, por estar livre dos encargos da dívida da construção de Itaipu que oneram a geração regular.

Embora os dois países tenham direito, cada um, a 50% dessa oferta, um acordo de 2007 concedeu aos paraguaios preferência para adquirir a parte brasileira.

O Brasil se queixa de que, para ter maior acesso à energia de menor custo, Assunção vem contratando de forma deliberada nos últimos anos uma potência bastante inferior à de que realmente necessita.

No ano passado, o parceiro consumiu 1.717 MWmed (megawatts médios) da energia de Itaipu. Entretanto apenas 898 MWmed vieram da produção normal da usina, pela qual paga US\$ 43,80 por megawatt/hora. Pelo restante, o valor despendido por MWh foi de US\$ 6.

Em razão disso, o custo médio da energia foi de US\$ 26,16/MWh, ao passo que o Brasil desembolsou US\$ 41,45/MWh. Na prática, é como se subsidiássemos o consumo de eletricidade do vizinho.

Para reduzir tais distorções, o Paraguai se comprometeu a aumentar progressivamente até 2022 a quantidade de energia contratada, o que elevaria seu custos em mais de US\$ 200 milhões (perto de R\$ 800 milhões, pela cotação atual).

As tratativas, que incluíam ainda a atuação de uma empresa privada brasileira, inflamaram o Parlamento paraguaio — onde a oposição chegou a obter o

número de votos necessários para iniciar o processo de destituição de Benítez, pela acusação de traição à pátria.

Percebendo o risco que corria um de seus principais aliados na região, o governo Jair Bolsonaro (PSL) aceitou rever os termos do compromisso. Ao colaborar para esvaziar a crise, o presidente agiu com acertada prudência.

As tensões em torno da negociação e dos interesses envolvidos, entretanto, não estão dissipadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: Itaipu, uma usina de encrencas

A hidrelétrica, símbolo do "Brasil Grande", virou cenário de um lance de corrupção vulgar

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O repórter José Casado disse tudo: "Sob Bolsonaro, [Itaipu] virou fonte de convulsão na outra margem do rio Paraná". A maior hidrelétrica do continente nasceu de um litígio e, graças a meio século de costuras diplomáticas, virou uma proeza binacional.

Em poucos meses de conversas impróprias, voluntarismos e tráfico de influência, o Brasil viu-se metido num escândalo. Logo em Itaipu, usina construída por um ex-oficial do Exército que passou pela vida pública sem nódoa. José Costa Cavalcanti foi ministro de Minas e energia e do Interior, assinou o Ato Institucional e dirigiu a construção de Itaipu. Tinha pouca graça, talvez nenhuma. Morreu pobre, em 1991.

Logo na usina de Costa Cavalcanti estourou o escândalo de um acordo matreiro firmado entre os governos de Bolsonaro e de seu amigo Mario Abdo Benítez, "Manto" como ele o chama. Quando o caso estava no escurinho de Assunção, o ministro Sergio Moro revogou os tatus de refugiados que havia sido concedido em 2003 a três paraguaios que vivem no Brasil.

Espremendo-se uma história onde entram picaretas paraguaios, o empresário suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP) e diplomatas invertebrados, tudo poderia vir a se resumir ao seguinte: retirando-se um item do acordo, como foi feito, uma empresa brasileira, a Leros, compraria energia paraguaia para vendê-

la no mercado brasileiro. Graças a algumas técnicas, seria possível que ela pagasse US\$ 6 (cerca de R\$ 24) por 1 megawatt, vendendo-o, numa boa, por US\$ 30 (R\$ 119).

Na sua picaretagem um jovem advogado paraguaio dizia falar em nome do vice-presidente Hugo Velázquez e apresentava seu pleito como um ricochete do desejo da "família presidencial do país vizinho". Apanhado com a divulgação de mensagens trocadas como presidente da estatal de energia de seu país, o moço informou que perdeu seu celular. (Ele é filho da ministra encarregada de combater a lavagem de dinheiro.)

O presidente da estatal paraguaia de energia demitiu-se e botou a boca no mundo. Caíram a mãe do moço, o chanceler e o embaixador em Brasília. Arriscavam cair também o presidente Mario Abdo e o vice. Salvaram-se rasgando o acordo, no que foram acompanhados por Bolsonaro no dia seguinte.

A costura pode ter levado meses, o desmanche deu-se em menos de uma semana. Hoje todo mundo garante que nunca ouviu falar dessa história.

Itaipu existe graças ao trabalho silencioso de presidentes e diplomatas que sempre evitaram acordar o sentimento nacionalista do Paraguai. Com a trapalhada do acordo, desmanchou-se um trabalho de meio século. Em 2023 o tratado que permitiu a construção da usina deverá ser renegociado, e lançou-se a semente da discórdia, com o Brasil sendo acusado de ter jogado bruto pelo presidente da estatal paraguaia que se demitiu.

Faz tempo, o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, construtor da usina de Paulo Afonso (BA) e um dos patriarcas da Eletrobras, batia de porta em porta dizendo que não se deveria fazer Itaipu com o Paraguai. Seria melhor construir três hidrelétricas na bacia do Paraná, mas em território brasileiro. Tinha o apoio do senador gaúcho Paulo Brossard. Não foram ouvidos, mas nenhum dos dois seria capaz de pensar que o Brasil se meteria numa encrenca tão vulgar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/08/2019

Seção: Economia

Autor: SERGIO ROXO, BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Presidente critica poder de agências reguladoras

Bolsonaro questiona prazo da Anvisa para autorizar a venda de novos medicamentos, em inauguração de fábrica de farmacêutica

ITAPIRA(SP) E RIO- O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem o poder das agências reguladoras. Durante inauguração de uma fábrica de uma indústria

farmacêutica na cidade de Itapira, no interior de São Paulo, Bolsonaro questionou o tempo que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) leva para autorizar a venda de um novo medicamento.

— Quando se fala em patentes, eu lembro do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual). Quando se fala em registro, eu lembro da Anvisa.

Agências reguladoras com poderes enormes para o bem e para o mal. Quanto tempo leva um registro na Anvisa? Será que esse tempo todo se justifica? Será que é excesso de zelo ou só está procurando criar dificuldade para vender facilidade? — indagou, sendo aplaudido pela plateia.

Em seu discurso, Bolsonaro lembrou as críticas que fez, como deputado, na época da criação das agências reguladoras, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): — As agências foram criadas lá atrás por um presidente, um tal de FHC. Não vou entrar em detalhes sobre o que falei sobre ele no passado. Quando as agências foram criadas, fiz um discurso na Câmara pesado, lamento que naquela época não tinha TV Câmara. Infelizmente eu estava com a razão.

O presidente destacou que indicou o contra-almirante Antonio Barra Torres para uma diretoria da Anvisa.

— Conte com uma pessoa (Barra Torres) que quer o bem do Brasil e que não dificultará avidados que empreendem.

Especialistas ressaltam que as agências reguladoras são consideradas órgãos de Estado, e não de governo. Elas são responsáveis por criar normas que serão seguidas pelas empresas concessionárias. Segundo Ele na Landau, ex-diretora do BNDES e uma das responsáveis pelo processo de privatizações no governo de Fernando Henrique Cardoso, as agências são fundamentais para manter a qualidade dos serviços: — As críticas às agências acontecem porque elas estão em discordância com as políticas do presidente. As agências reguladoras servem para muita coisa, como manter a relação imparcial entre governo, investidor e consumidor. Não é nem para o bem nem para o mal. Um governo que se diz liberal precisa melhorar a indicação dos dirigentes.

Ex-diretores de agências afirmaram que as críticas podem gerar insegurança para os investidores interessados em comprar participações em companhias brasileiras ou desenvolver novos projetos no país. Um deles, que pediu para não ser identificado, lembra que o comentário do presidente foi feito justamente no momento que o governo estrutura a privatização de empresas como Eletrobras e Correios.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/08/2019****Seção: O País****Autor: CAROLINA BRIGIDO BRASÍLIA****Título: Petrobras cancela contrato com escritório de Santa Cruz**

Empresa do presidente da OAB atuava em causas trabalhistas da estatal; ele foi atacado por Bolsonaro na semana passada

A Petrobras cancelou ontem o contrato que tinha com o escritório de advocacia do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. O comunicado foi feito por carta. A assessoria de Santa Cruz não informou o motivo da rescisão nem o valor.

O escritório atuava em causas trabalhistas da estatal. Santa Cruz avalia entrar com uma ação de reparação de danos contra a Petrobras. A empresa não quis comentar.

Na semana passada, ao atacar o presidente da OAB, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que, se Santa Cruz quisesse, ele poderia dizer como seu pai, Fernando Santa Cruz, desapareceu durante a ditadura militar. Mais tarde, contrariando documentos oficiais, o presidente afirmou que militante da Ação Popular (AP) foi morto em um "justiça-mento da esquerda", e não por órgãos da repressão.

Um registro secreto da Aeronáutica de 1978, anexado ao relatório da Comissão Nacional da Verdade, afirma que ele foi preso pelo regime militar, em 22 de fevereiro de 1974, no Rio.

Em outro documento do Executivo, desta vez já no governo Bolsonaro, a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério dos Direitos Humanos emitiu, no último dia 24, um atestado de óbito para Fernando. A certidão afirma que o estudante "faleceu provavelmente no dia 23 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro/RJ, em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985".

O presidente da Ordem foi ao Supremo Tribunal Federal pedir esclarecimentos de Bolsonaro. O presidente tem duas semanas para explicar sua afirmação, se quiser.

O embate entre Bolsonaro e Santa Cruz Bolsonaro teve início quando o presidente criticou a atuação da OAB no processo para apurar o atentado à faca sofrido por ele no ano passado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/08/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Mensagens comprometem presidente do Paraguai

Conversas vazadas revelam que Mario Abdo Benítez pediu segredo sobre ata assinada com Brasil e sugerem pressões de Brasília

ASSUNÇÃO- Mensagens trocadas entre o presidente Mario Abdo Benítez e Pedro Ferreira, então presidente da Ande, a estatal energética do Paraguai, publicadas ontem pelo jornal ABC Color, revelam que o mandatário tinha conhecimento de que a ata diplomática assinada em maio com o Brasil contrariava os interesses de Assunção na compra de energia da hidrelétrica binacional de Itaipu. Abdo Benítez teria pressionado o titular da Ande a endossar o acordo, e pedido que o documento fosse mantido em segredo, de acordo com reproduções das mensagens.

Segundo os relatos, em junho o governo brasileiro exerceu pressão para que os termos fossem cumpridos, convocando o embaixador paraguaio, Hugo Saguier, ao Itamaraty para entregar-lhe um "aide mémoire", que mostrava o "mal-estar do governo brasileiro" com o fato de o Paraguai "não cumprir os compromissos assumidos na ata de 24 de maio" Saguier diz que teria sido chamado para um encontro com o secretário-geral do Itamaraty, Otávio Brandelli, mas acabou reunindo-se com a embaixadora Eugenia Barthelmess, diretora Departamento de América do Sul. Procurado, o Itamaraty disse que não comentaria a reportagem.

Pela ata—cancelada por Assunção em 1º de agosto, depois que Abdo Benítez passou a sofrer ameaça de impeachment —, o governo paraguaio passaria a declarar gradualmente, até 2022, uma contratação maior da energia dita "garantida" de Itaipu, mais cara, deixando de contar com a chamada "energia excedente", bem mais barata. Segundo técnicos paraguaios, os gastos do país aumentariam em ao menos US\$ 200 milhões anuais.

As mensagens publicadas pelo ABC Color, que vão de março a julho, mostram como o presidente paraguaio teria pressa para fechar um acordo — fundamental para

"movimentar a economia" de seu país — e ignorado as preocupações de Ferreira de que os termos fossem prejudiciais a Assunção.

GRUPO BRASILEIRO

Um dos recados, datado de 23 de junho, dá a entender que Abdo Benítez estaria ciente das negociações com a empresa brasileira Léros para a compra de parte da energia de Itaipu que o Paraguai não consome, supostamente realizadas sob a tutela do vice-presidente Hugo Velázquez.

Em entrevista ao ABC Color, o presidente negou ter sofrido pressões brasileiras para fechar o acordo, afirmando que as relações entre os dois países vão além de Itaipu. Segundo o mandatário paraguaio, o Brasil tem demonstrado "muita predisposição" para resolver questões controversas entre os dois países. Ele, contudo, não negou a existência de "uma situação tensa" causada por desavenças entre a Ande e a Eletrobras.

O presidente paraguaio disse, ainda, não ter pedido uma explicação item a item da ata diplomática, confiando em seu chanceler, em seu embaixador no Brasil e na equipe técnica de Itaipu — o chanceler Luis Castiglioni e o embaixador Hugo Saguier renunciaram em 29 de julho, em meio ao escândalo causado pela divulgação, em 24 de julho, dos termos da ata de maio.

De acordo com Abdo Benítez, o governo paraguaio fez uma opção para que as negociações fossem mantidas em segredo, já que torná-las públicas deixaria a situação ainda mais difícil.

Na semana passada, o advogado José Rodríguez González, que se apresentou como assessor de Velázquez, afirmou ter pedido a retirada de um ponto da ata que daria ao Paraguai o direito de vender parte de sua energia de Itaipu no mercado livre brasileiro, o que hoje é vetado. Com isso, segundo Rodríguez, não haveria concorrência para o grupo brasileiro Léros. Ao GLOBO, a Léros confirmou o interesse na compra de energia paraguaia, mas negou qualquer pedido de favoritismo.

"TEMPOS DIFÍCEIS"

Na entrevista concedida ao ABC Color ontem, o presidente paraguaio negou ter conhecimento do envolvimento da Léros e das negociações supostamente realizadas sob a tutela de seu vice. Abdo Benítez disse, ainda, que nunca pediu a retirada do ponto que daria ao Paraguai o direito de vender livremente parte de sua energia de Itaipu, afirmando, pelo contrário, ter dado "luz verde" à medida.

No início de julho, Ferreira — que viria a se demitir da direção da Ande em 24 de julho — continuou a reclamar das negociações, dizendo que poderiam

representar um prejuízo de US\$ 341 milhões para o Paraguai. O presidente respondeu alegando que o país vivia "tempos difíceis" e que sofria pressões do Brasil, do qual dependia para a construção de duas linhas de transmissão.

Oposição apresenta pedido de impeachment

> As bancadas dos partidos Liberal e do Encontro Nacional, de oposição, apresentaram ontem um pedido para iniciar o impeachment do presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, de seu vice, Hugo Velázquez, e do ministro da Fazenda, Benigno López.

> Protocolado por 30 deputados, o pedido de 172 páginas, cuja apresentação estava prevista desde o final de semana, ganhou impulso ontem após a divulgação de uma série de mensagens por WhatsApp que revelam que Abdo Benítez teria pressionado a Ande, estatal energética paraguaia, a endossar a ata diplomática que contrariava os interesses de Assunção na compra de energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

> No início da tarde, membros do movimento Honor Colorado, parte do governista Partido Colorado, se reuniram para discutir se mudariam de posição para apoiar um eventual julgamento político do presidente. Sem o apoio de parte dos colorados, a oposição não teria votos para aprovar a ação acusatória, que alega "mau desempenho" das funções oficiais.

> Em tom desafiador, o presidente Abdo Benítez comentou o pedido apresentado pela oposição durante um evento oficial com produtores de açúcar: - Espero que aqueles que, com direito legítimo, estão promovendo o julgamento político de um presidente eleito pela vontade popular, o façam rápido e isso acabe logo. Talvez a gente vá embora ou, talvez, continuem os a trabalhar com vocês.

> Na segunda-feira, o Partido Pátria Querida (PPQ) já havia apresentado um libelo acusatório para iniciar o julgamento político do vice-presidente por mau desempenho de suas funções. Um dos principais líderes da oposição, Efraín Alegre, presidente do Partido Liberal, fez em suas redes sociais uma série de postagens pedindo a "renúncia imediata" de Abdo Benítez e Velázquez. Ele defende que novas eleições sejam convocadas em 90 dias para a escolha de um presidente e um vice novos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Título: A indivisível união do país

O presidente da República tem que zelar pela unidade da Federação. Não pode discriminar um ente federado por razões políticas e ideológicas. Os estados são autônomos e seus governadores são eleitos pelo povo, portanto, têm legitimidade. Tudo isso está na Constituição que o presidente Jair Bolsonaro jurou respeitar. Ele diariamente descumpre algum preceito do ordenamento legal do país. O que ele tem falado e feito em relação ao Nordeste é perigoso.

Bolsonaro acusou os governadores nordestinos de querer a divisão do país, mas é ele que alimenta a desunião quando define os governadores da região com uma expressão pre-conceituosa e diz que o governador do Maranhão nada receberá dele. A unidade da Federação é uma das mais valiosas conquistas do país, que exigiu muito dos nossos antepassados para se consolidar. O artigo 78 da Constituição diz que o presidente da República tem o compromisso de "sustentar a união e a integridade" do Brasil.

Bolsonaro está escalando um conflito criado por ele com governadores nordestinos, apenas porque são de partidos de oposição. A disputa com os adversários, no campo político, se dá no Congresso Nacional na aprovação ou rejeição de propostas. Não pode se transformar em um conflito contra alguns estados na forma de distribuição discriminatória de recursos. Os impostos que são pagos à União pelos contribuintes não passam a ser propriedade do presidente. Ele não pode dispor deles, distribuí-los ou não, segundo a inclinação ideológica do administrador local.

É crime de responsabilidade, previsto no artigo 85, ameaçar "a existência da União" e atentar contra "o livre exercício dos poderes constitucionais das unidades da Federação". Bolsonaro precisa refletir antes de falar, refletir duas vezes antes de agir, porque ele pode ameaçar valores caros demais ao país, um deles é o de que somos diferentes e unidos, somos 26 estados e o Distrito Federal integrantes da mesma Federação, com igualdade e autonomia. O povo de cada estado nordestino que escolheu um partido de oposição o fez democraticamente e não pode ser punido por isso. De todos os seus movimentos insensatos, esse talvez seja o mais perigoso.

A obra que o presidente foi inaugurar na Bahia é um caso interessante. É a primeira etapa da usina solar flutuante. Placas fotovoltaicas foram instaladas sobre as águas do reservatório de Sobradinho, uma ideia excelente. Foi projetada no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, pelo então ministro das Minas e energia Eduardo Braga. Foi executada pela Chesf no governo do ex-presidente Michel Temer, a quem o governador baiano fazia ferrenha oposição, até porque o PT considerava Temer um "golpista". Apesar disso, a obra foi executada e pôde ser inaugurada pelo atual presidente.

Os exemplos de cooperação entre a união, os estados e municípios, apesar de diferenças ideológicas e partidárias, são muitos. Certamente há sempre escolhas políticas em qualquer governo. O que não pode haver é a declaração de um presidente de que não mandará recursos para um estado por causa da tendência política do governador.

Antes da inauguração do aeroporto Glauber Rocha, da Bahia, ele falou: "Você já reparou que o pessoal fala do Nordeste como se fosse outro país, né?" Que pessoal? Se por acaso o presidente acha que existe esse risco, deve trabalhar para desfazê-lo. Esse é seu dever constitucional.

Desde a declaração desastrosa que fez — "daqueles governadores de paraíba, o pior é o do Maranhão, não tem que ter nada para esse cara" — Bolsonaro já foi duas vezes à Bahia. Poderia ter aproveitado para desfazer o desconforto que a sua declaração causou. Poderia, mas não o fez. Transformou as duas viagens em novos confrontos. E na entrevista concedida ao "Estado de S. Paulo" fez a acusação de que "os governadores do Nordeste querem a divisão do país"

Ele acusou os governadores de "fazerem politicalha" e depois disse que tem preconceito contra "governador ladrão". Disse que se os governadores quiserem ser atendidos "terão que dizer que estão trabalhando com o presidente Jair Bolsonaro. Caso contrário eu não vou ter conversa com eles e vou divulgar obras junto às prefeituras". O presidente trata dessa forma leviana assunto tão sério quanto os fundamentos da República.

MME / ASCOM .